

MUNICÍPIO DE MARVÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2017.02.17

ATA N.º 01/2017

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM: 17 DE FEVEREIRO DE 2017

Aos dezassete dias do mês de Fevereiro, do ano dois mil e dezassete, na Câmara Velha-Casa da Cultura, após convocatórias individuais e edital afixado no dia 8 de Fevereiro, nos lugares públicos do estilo do concelho, em que se anunciava o dia, hora e local desta sessão e a respetiva ordem de trabalhos, realizou-se a primeira e única reunião integrada na sessão ordinária deste órgão deliberativo do Município de Marvão, sob a Presidência da primeira secretária, Hermelinda Trindade Carlos, em substituição do Presidente da Assembleia que renunciou ao mandato e secretariada por Antero Ribeiro, segundo secretário eleito.-----

Pelos 18 horas, a Primeira Secretária da Assembleia declarou aberta a presente sessão. Tendo sido feita a chamada, verificou-se que se encontravam presentes os seguintes membros:-----

Por parte do PSD-Partido Social Democrata: José Luis Soares Pinheiro, Hortense Maria da Conceição, José Maria Alvarez Batista, José da Graça Alfaia, Júlia da Conceição dos Santos Pires, Luis Murta Ruivo, José António Rocha, António Manuel Mimoso e Tomás Nunes Morgado.-----

Por parte do PS-Partido Socialista: António J. de Sousa Canêdo Berenguel, António Nunes Miranda, Tiago Fernandes Pereira, Sandra Paz, Gil André Andrade Fernandes, Silvestre Mangerona Fernandes Andrade e Rosa Mena Rebeca-----

José Manuel Rosado Catarino, Presidente da Assembleia Municipal foi substituído por Joaquim Gonçalves Delgado.-----

Representando a Câmara Municipal estava o seu Presidente, Vítor Manuel Frutuoso e os Vereadores, Luis Vitorino, José Manuel Pires, Jaime Miranda e Tiago Gaio.-----

Hermelinda Carlos, primeira secretária da Assembleia, começou por informar que Jorge Anselmo a seu pedido foi substituído por Luis Murta ruivo.-----

A primeira secretária, em substituição do Presidente da Assembleia que renunciou ao mandato, depois de verificadas as formalidades legais, solicitou a Joaquim Gonçalves Delgado que integrasse de imediato a Assembleia Municipal como membro efetivo, de acordo com o artigo 54º do Regimento, por motivo de recusa de Marisa Gonçalves, cidadã que se seguia imediatamente na ordem da respetiva lista.-----

PONTO N.º 1

ELEIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida procedeu-se à eleição da nova mesa da assembleia, nos termos do artigo 4º do regimento e do artigo 45º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e suas alterações.-----

A primeira secretária da Assembleia convidou as respetivas bancadas a apresentarem as suas listas.-----

José Luis Pinheiro, em nome dos eleitos do PSD apresentou uma lista, composta por:-----

Presidente: Hermelinda Carlos-----

1º Secretário: Antero Ribeiro-----

MUNICÍPIO DE MARVÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2017.02.17

2º Secretário: José Pinheiro-----

Gil Fernandes, em nome da bancada do PS afirmou que não apresentavam qualquer lista. Realizada a respetiva votação, por voto secreto, o resultado foi o seguinte:-----

Votos a favor: dez (10)-----

Votos Brancos: oito (8)-----

Votos Nulos : um (1)-----

A Mesa foi eleita por maioria.-----

Imediatamente a primeira Secretária convidou os eleitos a ocupar o respetivo lugar na mesa da Assembleia Municipal. Hermelinda Carlos deu as boas vindas ao novo Secretário José Pinheiro e desejou-lhe votos de bom trabalho. Tiago Pereira, em nome do Partido Socialista, felicitou a nova mesa da assembleia, propondo um voto de agradecimento, extensivo a toda a assembleia, ao trabalho do anterior Presidente, José Luis Catarino.-----

O Voto foi aprovado por unanimidade e foi deliberado dar conhecimento do mesmo ao anterior Presidente da Assembleia, José Luis Catarino.-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Tiago Pereira pediu a palavra, tendo-se dirigido ao Vice-Presidente da Câmara, Luis Vitorino, questionando-o se tem conhecimento que o Sr. Luis António Abelho Sobreira Vitorino, estado civil solteiro e residente em Santo António das Areias apresentou uma queixa, relacionada com a Câmara Municipal, onde ocupa as funções de Vice-Presidente.---

Sublinhou que o Vice-Presidente poderá alegar que essa queixa foi apresentada a título particular, no entanto a partir do momento em que o Município é citado nessa queixa o assunto passa a ter outros contornos.-----

Neste sentido, solicita-lhe que dê explicações sobre qual a sua motivação para apresentar essa queixa, quem acusa e o que tem a dizer sobre os fatos.-----

O Vereador Luis Vitorino afirmou que recebeu uma mensagem do seu colega, José Manuel Pires, Vereador desta Câmara Municipal, a dizer que em Santo António das Areias teria abastecido de gásóleo, o seu trator em nome da Câmara Municipal. Como se sente lesado na sua imagem e na sua honra, reuniu as provas escritas e entregou ao Ministério Público encontrando-se a aguardar pela investigação.-----

Tiago Pereira agradeceu as explicações do Vice-Presidente e pedia ao Vereador José Manuel Pires, se for essa a sua vontade, que se pronunciasse sobre o assunto.-----

José Manuel Pires referiu que sendo o seu nome visado, queria que esta questão tivesse um tratamento o mais resguardado possível, parece-lhe uma questão ridícula, má e até impensável de acontecer, que é o facto de um membro deste executivo abastecer combustível na sua própria viatura, é deplorável só de pensar que isso é verdade.-----

Assim, foi abordado por um funcionário da Câmara Municipal, num espaço público, à frente de outras pessoas e sentiu que se não esclarecesse isso, a própria imagem do executivo ficava beliscada, houve uma troca de emails com o Sr. Presidente da Câmara acerca do assunto, nunca pensado que isto chegasse a ser público, pois devia ter um tratamento o mais reservado possível. Sabe que o Sr. Presidente já fez as “démarches” que entendeu para averiguar e também foi informado que o Luis Vitorino apresentou uma queixa, não sabe se contra ele, porque foi o veículo, quando a sua intenção foi só de querer alertar o Luis Vitorino para se precaver. Mas a verdade, sublinhou, é que isso tem de ser mandado averiguar e por conseguinte informou, por escrito, o Presidente da Câmara e deu conhecimento à Chefe de Divisão e ao próprio Luis Vitorino.-----

MUNICÍPIO DE MARVÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2017.02.17

José Luis Pinheiro em nome dos eleitos do PSD propõe-se elogiar e referenciar o ritmo das obras públicas do Município que estão a decorrer, tais como: o Parque de Máquinas de Santo António das Areias, a implementação da rede de águas para abastecimento do Vale de Rodão, o estacionamento público da Portagem, a requalificação de vários troços municipais em todas as freguesias, nomeadamente o troço da Fonte da Mulher, a envolvente à Quinta da Meia Lua, nos Alvarrões, Vale de Milho, Vales, Fonte Salgueiro, dois troços na Relva, Pitaranha e Pomar Velho e ainda a requalificação e urbanização do Porto Roque.-----

Silvestre Andrade, relativamente à questão da queixa apresentada sobre o abastecimento de gasóleo no trator, pretendia saber se se tratava de gasóleo agrícola ou normal.-----

Ninguém soube responder ao Presidente da Junta de Freguesia de Santo António das Areias.-----

APROVAÇÃO DAS ATAS DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA SESSÃO ANTERIOR E DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Foram presentes as atas da quinta sessão ordinária, realizada em 25 de Novembro de 2016, e da ata da sessão extraordinária realizada em 13 de Janeiro de 2017, aprovadas em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e que antecipadamente foram distribuídas a todos os membros da Assembleia Municipal.-----

A Presidente da Assembleia colocou, em primeiro lugar, à votação a ata da reunião ordinária de 25 de Novembro de 2016, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com duas abstenções de Joaquim Gonçalves Delgado e Rosa Mena Rebeca respetivamente, por não terem participado na referida Sessão.-----

De seguida colocou à votação a ata da reunião extraordinária realizada em 13 de Janeiro de 2017, tendo sido aprovada por maioria, com três abstenções de António Miranda, Joaquim Gonçalves Delgado e António Mimoso, por não terem estado presentes nesta sessão. -----

ORDEM DE TRABALHOS

Imediatamente a seguir e referente a esta sessão foi lida a ordem dos trabalhos. -----

Deliberou aprová-la por unanimidade, dando-se aqui como transcrita na íntegra, sendo a mesma rubricada por todos os membros da mesa e arquivada (**com o n.º 01/17**) na pasta de documentos anexa a este livro de atas. -----

PONTO Nº 2

INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL

O Presidente da Câmara além das informações enviadas, informou ainda que contactou a Secretaria de Estado do Ordenamento do Território sobre o Plano Diretor Municipal, tendo sido informado que já deram entrada os pareceres do Parque Natural e da Comissão de Coordenação do Alentejo, estando neste momento em análise pela Srª Secretária de Estado. Espera-se que, brevemente, vá a Conselho de Ministros; esteve também a desenvolver com os técnicos da Mobilidade e Planeamento do território a situação do largo de Santo António das Areias, existindo já um esboço do projeto; decorreu a cerimónia de apresentação da intenção da candidatura a Património Imaterial da Humanidade do Vinho da Talha; teve lugar a assinatura do protocolo para implementação da nova estratégia de combate à violência doméstica entre a Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade e os Municípios do Alto Alentejo; procedeu-se à entrega dos prémios do III concurso Municipal

MUNICÍPIO DE MARVÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2017.02.17

de ideias de negócio, teve lugar uma reunião, em S. Salvador da Aramenha, com os empresários da área do turismo, e uma outra, em Marvão, com empresários de todo o Concelho; reuniu com o arquivo municipal de Portalegre, com a presença da Dr^a Patrícia Marques, para solicitar a cooperação técnica e troca de informações para a instalação do nosso arquivo, esteve também presente numa reunião com outros municípios sobre a rota Sefardita; teve uma reunião com a Valnor, uma vez que está em causa o aumento significativo das taxas dos resíduos sólidos, bem como o pagamento de retroativos; reuniu com o Alcaide de Valência de Alcântara, onde foi discutido o festival de Cinema e outros assuntos relacionados com a atividade cultural e uma proposta de agenda cultural entre os dois municípios; acordaram ainda fazer umas jornadas designadas Fronteiras Solidárias, a 10 e 11 Junho, na Fronteira de Marvão, onde se vai incluir a comemoração do dia de Portugal; assinalou ainda a realização de uma reunião no Instituto Politécnico de Portalegre dirigida à estratégia Provere in motion, onde foi apresentado o projeto sete quintas.-----
Tiago Pereira pediu a palavra para, sobre o abate das árvores do chamado “Túnel das árvores”, destacar o papel de três pessoas: o Vereador José Manuel Pires, que conseguiu salvar algumas das árvores e a quem agradece toda a ação prática no local; o deputado Luis Moreira Testa pela intervenção junto do Sr. Ministro do Ambiente e a maneira como conseguiu travar aquela intervenção e ainda o Sr. Vereador Jaime Miranda pela sua proposta de classificação daquele bem como património de interesse municipal, para garantir a sua salvaguarda de futuro.-----

Sobre o encerramento da Quinta Pedagógica, que, sublinhou, custou ao erário público cerca de 200.000€, excetuando o valor dos terrenos, expressa a sua solidariedade aos promotores que se viram obrigados a fechar a atividade, parecendo-lhe que este projeto tem de ser revisto.-----

Relativamente à atividade Municipal questionou o Vice-Presidente sobre qual o comentário que faz daquilo que o Presidente da Câmara afirmou na Assembleia Municipal de Novembro, onde garantiu a toda a gente que o depósito do Vale de Rodão estaria concluído até ao fim do mês de Janeiro. Presentemente verifica-se que o mesmo não possui energia elétrica e nunca se viu um depósito funcionar sem energia.-----

Questionou ainda o Vice-Presidente sobre o facto dos Municípios que integram a futura Associação dos Municípios do Parque Natural, terem aproveitado a Assembleia Municipal de Fevereiro para ratificaram a criação desta associação, como este assunto não foi presente a esta Assembleia, poder-se-á assumir que o assunto não seja uma prioridade para o Município.-----

Por ultimo, Tiago Pereira em nome do Partido Socialista agradeceu publicamente a António Rocha pela apresentação do projeto Sete Quintas, como atrás foi referido pelo Presidente da Câmara e também ao seu promotor, por ter conseguido levar por diante a sua estratégia e tornar este projeto ancora.-----

O Presidente da Câmara em resposta a Tiago Pereira começou por afirmar que em relação do depósito aguarda-se que a EDP faça o ramal dentro da maior brevidade possível.-----

Sobre o corte das árvores, o Presidente afirmou que esta ação começou há dois anos atrás quando se pretendeu cortar estas árvores e foi suspensa pela intervenção do Município, com a colaboração da Presidente do ICNF na altura, Paula Sarmento. Depois desta suspensão caiu uma árvore e pôs em causa a segurança daquele local. Entretanto falou com o Presidente do Instituto da Conservação da Natureza que o informou que as Infraestruturas de Portugal tinham pressionado no sentido de reconsiderarem o parecer anteriormente emitido.-----

MUNICÍPIO DE MARVÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2017.02.17

Recentemente viram a marcação nas árvores e logo solicitou ao Vereador José Manuel Pires para agir imediatamente junto das Infraestruturas de Portugal.-----

Na altura do anterior corte, verificou-se que o corte de uma das árvores parecia, virtualmente, em boas condições e foi nesse sentido que contactaram a firma Planeta das Árvores que tinha feito a limpeza dos Choupos na Portagem e que possui tecnologia adequada para fazer o diagnóstico das árvores. O Orçamento era de 25€ por árvore, no entanto para se avançar com essa ação só com o parecer das Infraestruturas de Portugal. Contactaram esta entidade para que antes de qualquer ação se fizesse este estudo.-----

Mais recentemente as Infraestruturas de Portugal enviaram um email ao Vereador José Manuel Pires, onde se dizia que as arvores não ultrapassavam os 100 anos de vida e que estava em causa a segurança. Isto, adiantou, foi em Janeiro, em 2 de Fevereiro retribuiu a resposta e pediu que antes de fazerem qualquer intervenção considerassem a nossa proposta de estudo.-----

Estava-se a aguardar essa resposta quando se aperceberam do corte das árvores, tanto ele como o Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador da Aramenha julgavam que os trabalhos ficariam pela limpeza das árvores e com surpresa verificaram que se procedeu ao corte, sem que as Infraestruturas de Portugal enviassem um email a informar. Posteriormente pediu à Divisão de Obras que endereçasse um email às Infraestruturas de Portugal para que fossem guardados os troncos em depósito para posterior análise.-----

Sublinhou que as árvores estão classificadas, não sendo Património Municipal é Património do Parque Natural onde tem ficha. Foi classificado em 1997, nesse documento diz-se que deve ser feita uma via alternativa, chegou a vir uma proposta de projeto para o Município, mas não passou disso. O Município tem insistido para que esse troço seja feito o mais depressa possível, uma vez que está em causa o trânsito e a segurança. Temos, assim, sublinhou, de nos unirmos em torno da construção deste troço alternativo. -----

José Luis Pinheiro afirmou que a solução passa por uma via alternativa e não pelo abate das árvores, independentemente da idade, pois aquele património é uma mais-valia para o Concelho.-----

António Berenguel afirmou que ficou desagradavelmente surpreendido com o início desta Assembleia e espera que a honra das pessoas não seja posta em causa. Não ficou foi surpreendido com a posição do Presidente da Câmara, que quando o assunto não lhe interessa não se manifesta. Sublinhou que foi aqui referido que o Presidente tomou iniciativas e nesse sentido devia ter informado das iniciativas que tomou e não fazer de conta que nada aconteceu.-----

Relativamente aos assuntos judiciais, passou a semana a pedir dados sobre o processo que opõe o Município ao Ministério de Educação, foi informado que tinha chegado ao fim, mas não foi informado como tinha terminado e só depois de muito insistir lhe foi enviada a respetiva sentença.-----

Sobre a informação do empreendimento do “Vaqueirinho” afirmou que lhe parece que as cauções exigidas pela Câmara Municipal são sempre baixas. Sublinhou ainda que só depois de muito insistir é que recebeu a informação sobre as cauções, o levantamento das garantias bancárias e as multas aplicadas. Com isto, acrescentou, não quer dizer que a Câmara Municipal quis sonegar informação, deve é haver cuidado com a informação prestada. Pedia, mais uma vez, que isso fosse tido em consideração para os eleitos estarem bem informados.-----

Por fim lamentou o estado de abandono a que está votado o troço ao longo do Rio Sever, particularmente a zona do circuito de manutenção, era bom, sublinhou, que a Câmara

MUNICÍPIO DE MARVÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2017.02.17

Municipal tomasse providências para que aquele espaço possa ser usufruído pelos Marvanenses e por todas as pessoas.-----

José António Rocha sobre a questão do abate das árvores afirmou que é uma responsabilidade de todos nós salvaguardar aquele património, agora foram abatidas 10 árvores, mas no seu conjunto já são mais de 30 ou 40. Já há algum tempo que anda indignado cada vez que vê desaparecer aquele património e por isso ele dizer que é uma responsabilidade de todos nós. Daqui para a frente acha que se devia exigir, através das forças políticas ativas no território, a reposição de todas as árvores. O Município deve fazer força junto das Infraestruturas de Portugal, no sentido de ter uma voz mais ativa e uma maior força em todas as vias que atravessam o Município e ao mesmo tempo deve apurar responsabilidades nomeadamente junto do ICNF e junto do técnico que teve a comandar toda aquela situação, é inadmissível que um técnico com competências superiores confronte um vereador desta Câmara e vá adiante com a devassa, quando este lhe pede para ter calma, que se vai tentar resolver o problema e ele ignora as ordens de um vereador do Município e continua a dar ordens para se cortarem rapidamente as árvores. Começaram por cortar as árvores que se encontravam melhores de saúde e deixaram as outras que deviam estar doentes para uma fase mais tardia. Parece assim que poderá haver aqui algum interesse escondido por detrás disto tudo. Assim é obrigação deste Município e das forças políticas que encabeçam a representatividade territorial pedirem esclarecimentos e levar às últimas consequências as responsabilidades de quem cometeu estes atos. E que sirva de exemplo para que se ande mais atento ao nosso património que nos foi deixado e que temos obrigação de cuidar para as gerações futuras.-----

O Presidente da Câmara respondeu a António Berenguel, pedindo desculpa pela informação incompleta que foi para os eleitos, no entanto estes elementos, frisou, são fornecidos pelos juristas e muitas vezes ele próprio não se apercebe da situação.-----

Relativamente ao processo que opôs o Município ao Ministério de Educação o processo foi pertinente na altura, porque o Município tinha de dar o seu parecer e esse nunca foi solicitado. O Município terá de pagar e terá de assumir as suas responsabilidades.-----

Sobre os contratos de obras públicas e sobre os pedidos de caução, os valores estão definidos por lei, 5% com assinatura do contrato e 5% pago em cada auto, totalizando 10%. -

As multas também estão limitadas, são pagas ao dia até um limite de 25% do valor da obra. -

Relativamente às obras, só agora avançaram, porque se teve de aguardar o financiamento e ele só foi atribuído agora. Se se avançasse com as obras sem que o financiamento estivesse aprovado, perder-se-iam os apoios comunitários.-----

E nesse aspeto está-se a aguardar o financiamento para o edifício da Fronteira de Marvão através do Interreg e também para as outras obras no que diz respeito á dinamização, marketing e acessibilidades do castelo. O Município tem tesouraria suficiente para avançar com as obras, não querem é perder os financiamentos comunitários.-----

Relativamente às questões levantadas pelo António Rocha, o Presidente respondeu que a Câmara tem-se empenhado nesta questão, até na questão da reflorestação muitas vezes informou as Infraestruturas de Portugal que as arvores plantadas não estão a ser cuidadas, no entanto até os especialistas dizem que dificilmente as árvores vão medrar naquela situação.-----

Quanto à ideia de que há qualquer intenção menos clara nesta situação, não sabe se não haverá mesmo, porque quando questiona as Infraestruturas de Portugal sobre a via alternativa e sobre a dificuldade do cruzamento de dois camiões, esta entidade tem respondido que estão a fazer umas gares.-----

MUNICÍPIO DE MARVÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2017.02.17

E relativamente ao corte que foi agora feito, juntamente com o outro feito anteriormente, parece que a intenção é mesmo fazer essas gares.-----

Informou que o Município estava a recolher os troncos lá deixados para depositar no nosso parque, mas que apareceu uma fiscalização das Infraestruturas de Portugal e exigiram a entrega dos troncos. Assim, informamos que queríamos ter acesso aos mesmos, porque não podemos parar com este processo.-----

Quanto ao parecer do Parque Natural, este parecer implicava que houvesse uma reunião com o Município e essa reunião não foi feita.-----

A mensagem que aqui se passa é muito negativa por parte do ICNF, porque quem quer abater um carvalho, ou sobreiro, ou mexer nas castinças tem logo os responsáveis do ICNF a dizer-lhe que não pode fazer nada. Por uma questão de brio, vamos levar isto até às últimas consequências.-----

PONTO N.º 3

DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL – RESERVATÓRIO DO ESPÍRITO SANTO

Foi presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida. -----

“Tenho a honra de informar V. Ex^a que de acordo com a sua solicitação verifica-se, de acordo com a planta anexa que a área de implantação correspondente ao Reservatório do Espírito Santo, sito no interior da Vila de Marvão, é de (5.30x5.80) 30.74m². -----

Pretendendo V. Ex^a o registo deste prédio, propõe-se a sua desafetação do domínio público Municipal para o domínio privado do Município. -----

Da área referida correspondente ao Domínio Público sita no interior da Vila de Marvão, com entrada pelo Largo das Palmeiras, confrontando a norte com Travessa do Espírito Santo, a sul com o Largo das Palmeiras, a nascente com Largo do Espírito Santo e a poente com o Largo das Palmeiras, propõe-se a desafetação da seguinte área do domínio público para o domínio privado municipal: -----

- A área coberta de 30.74m² correspondente ao conjunto edificado do reservatório de água do Espírito Santo; edificação com um piso para o Largo das Palmeiras e com uma altura de dois pisos para o Largo do Espírito Santo. -----

Da necessidade de registo da área acima descrita, coloca-se à consideração superior propor à Ex^ma Câmara Municipal a passagem desta área do domínio público para o domínio privado municipal. -----

À consideração superior.” -----

Despacho do Sr. Presidente da Câmara: “À Câmara Municipal”-----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a desafetação do domínio público para o domínio privado municipal do Reservatório do Espírito Santo, em Marvão. Mais deliberou submeter este assunto à ratificação da Assembleia Municipal. -

Colocada à votação pela Presidente da Assembleia, a ratificação foi aprovada por unanimidade.-----

MUNICÍPIO DE MARVÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2017.02.17

PONTO N.º 4

PRIMEIRA REVISÃO ÀS GOP 2017/2020 E ORÇAMENTO 2017

O presente documento, depois de rubricado por todos os presentes, dá-se aqui como transcrito na íntegra sendo o mesmo arquivado (com a ref. DA 03/17) na pasta de documentos anexa a este livro de atas.-----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a revisão apresentada e submeter este documento à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

O Presidente da Câmara explicou que a revisão se deve à inclusão de uma verba para projeto e obra da escola da Portagem, porque estamos considerando no mapeamento do Ministério para se avançar com obras, embora a verba não seja muito elevada, temos, mesmo assim de aproveitá-la.-----

A Presidente da Assembleia colocou à votação este documento, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

PONTO N.º 5

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2016 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ)

Foi presente à Assembleia Municipal o ofício nº 3/2017, de 7 de Fevereiro, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Marvão (CPCJ), onde consta este assunto, cujo teor é o seguinte:-----

“A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Marvão, ao abrigo da alínea j) do nº 2 do artº 18º e do nº 2 do artº 32º da Lei nº 142/2015, de 8 de Setembro, em alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em risco, aprovada pela Lei nº 147/99, de 1 de setembro, remete à Assembleia Municipal o Relatório de Atividades 2016, que foi aprovado por unanimidade em sede de Comissão Alargada, realizada a 02 de fevereiro de 2017.”-----

A Assembleia Municipal registou e tomou o devido conhecimento.-----

Rosa Mena Rebeca, à semelhança do que foi dito no ano passado relativamente a este relatório, afirmou que este modelo é muito redutor e seria interessante ter um conhecimento mais objetivo das situações, como o número de casos, as medidas que foram tomadas e os casos resolvidos.-----

A Presidente da Assembleia informou que o documento contém a informação que a lei prevê.-----

O Presidente da Câmara referiu que a CPCJ é uma estrutura independente da Câmara Municipal. O que se pode fazer é apelar à Presidente desta comissão para providenciar e dar uma justificação mais abrangente da atividade.-----

Gil Fernandes, por sua vez, referiu que não vê inconveniente que o relatório da atividade e o plano de atividades da CPCJ que é representada pela comissão alargada seja anexado a este relatório.-----

Apelou ainda aos elementos da comissão alargada para que não falem às reuniões, ou então que ponham o seu lugar à disposição sob pena de, como já aconteceu, não haver quórum para fazer as reuniões.-----

MUNICÍPIO DE MARVÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2017.02.17

PONTO Nº 6

REVOGAÇÃO DAS TAXAS DE SERVIDÃO AGRÍCOLA A PARTIR DAS ESTRADAS NACIONAIS E REGIONAIS - MOÇÃO

MOÇÃO PARA REVOGAÇÃO DAS TAXAS DE SERVIDÃO AGRÍCOLA A PARTIR DAS ESTRADAS NACIONAIS E REGIONAIS-REVOGAÇÃO DO ARTIGO 63º DA LEI Nº 34/2015 DE 27 DE ABRIL, E DOS ARTIGOS 3º,4º E 5º DA PORTARIA Nº 357/2015 DE 14 DE OUTUBRO-----

Pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, a Assembleia da República deliberou a aplicação de taxas às serventias de passagem e acesso a propriedades agrícolas e a quaisquer estabelecimentos com acesso por estradas nacionais e regionais. A regulamentação da aplicação destas taxas foi feita pela Portaria n.º 357/2015 de 14 de outubro e, desde então, está em aplicação. Esta medida revela-se absolutamente injusta porquanto as propriedades e respetivos acessos já lá estavam antes da construção das estradas sobre os caminhos existentes. Além disso, se durante mais de 140 anos, nunca se pagaram taxas, até porque muitas das expropriações dos terrenos para as estradas nunca foram pagas aos seus proprietários, revela-se uma injustiça a aplicação destas taxas. Assim propomos à Assembleia Municipal de Marvão que aprove a presente proposta de moção no sentido da revogação das normas relativas a estas taxas. Mais solicitamos que esta moção seja enviada ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro, ao Senhor Ministro das Obras Públicas, ao Senhor Ministro das Obras Públicas, ao Senhor Ministro que tutela a Infraestruturas de Portugal, a todas as Câmaras e Assembleias Municipais, a fim de se criar um movimento nacional tendente à revogação da lei referida, designadamente ao artigo 63º da Lei n.º 34/2015 de 27 de abril e os artigos 3º, 4º e 5º da Portaria n.º 357/2015 de 14 de outubro.-----

Marvão, 28 de dezembro de 2016-----

O Presidente da Câmara:-----

O Sr. Vereador Jaime Miranda estranha que esta legislação que é de 2015 só agora seja presente à Câmara Municipal, por outro lado dúvida da eficácia da natureza desta moção, tomada isoladamente pelo Município de Marvão.-----

O Sr. Vice-Presidente afirmou que a Lei está agora a produzir efeitos e vem na sequência de muitas Câmaras estarem a tomar esta decisão. Isto vai acarretar mais despesas para os proprietários que tem acessos diretos para as estradas nacionais.-----

O Sr. Vereador Jaime Miranda referiu que este assunto deveria ser abordado em sede da CIMAA, por todas as Câmaras.-----

O Sr. Vereador José Manuel Pires afirmou que esta Lei é extremamente injusta, que abrange proprietários que tem o seu acesso definido há mais de 140 anos. Marvão e os seus proprietários cujas propriedades confinam com as estradas Nacionais vão sair extremamente prejudicados.-----

O Sr. Vereador Jaime Miranda propõe que deste assunto seja dado conhecimento à CIMMA para que seja trabalhado em articulação com todos os Municípios.-----

O Sr. Vereador Tiago Gaio é de opinião que se dê conhecimento desta moção à Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

Colocada à votação a moção foi aprovada com três votos a favor e uma abstenção do Sr. Vereador Jaime Miranda. Mais foi deliberado submeter a presente moção à aprovação da assembleia Municipal. O Sr. Vereador Jaime Miranda sublinhou duvidar da sua eficácia,

MUNICÍPIO DE MARVÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2017.02.17

precisamente por ser tomada isoladamente pela Câmara Municipal. Solicitou o Sr. Vereador que a Câmara Municipal não perca tempo e remeta a moção diretamente à CIMAA e não fique à espera da Assembleia Municipal.-----

António Miranda perguntou se a moção foi remetida à CIMAA e qual o resultado-----

O Presidente da Câmara respondeu que a mesma foi enviada.-----

O Vereador Jaime Miranda referiu que não era esse o espírito da proposta, o que sugeria era que fosse contactada a CIMAA para que a moção ganhasse peso e importância pela junção das moções dos outros Municípios, com a intenção de fazer uma pressão política junto das entidades que tem responsabilidade na aplicação destes regulamentos, de modo a que se não venham a aplicar estas taxas que vão prejudicar todos os proprietários que possuem prédios que confinam com as estradas Nacionais.-----

O Presidente da Câmara referiu que o que se remeteu à CIMAA foi de acordo com o que estava na deliberação a solicitar uma opinião.-----

Tiago Pereira informou que o Partido Socialista contactou o seu deputado na Assembleia da República para tentar perceber em que pé estava esta situação e por sua vez foi informado que esta aberração legislativa do anterior governo brevemente vai ser resolvida.-----

Tiago Pereira adiantou que o Partido Socialista vai acompanhar a votação do seu representante na Câmara Municipal abstendo-se porque, mais uma vez, o Presidente da Câmara foi contra tudo e contra todos nesta moção, uma vez que deveria ter envolvido todos os membros da Assembleia Municipal em primeiro lugar e os seus pares no Conselho Intermunicipal, sem dúvida que assim, sublinhou, esta moção seria aprovada em todos estes círculos por unanimidade.-----

A Presidente da Assembleia colocou à votação a presente moção, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com doze votos a favor e sete abstenções.-----

PONTO Nº 7

ASSUNTOS DIVERSOS

Pedi a palavra António Rocha para informar que de momento se encontram abertas candidaturas ao programa “Valorizar”, na linha do turismo, muito direcionado para organismos públicos e entidades sem fins lucrativos de utilidade pública, onde podem concorrer associações e outras entidades e vocacionado para a regeneração urbana, desenvolvimento de percurso pedonais e ciclovias, rede Hi-fi nos centros urbanos e reabilitação de aldeias históricas, às quais os municípios podem concorrer e apresentar candidaturas. Este programa pode ir até 400.000€ e a taxa de comparticipação é de 90%.---- Este programa é uma medida especial para o desenvolvimento do interior e visa criar candidaturas que possam gerar receita e atratividade turística. No fundo permite aos Municípios agruparem-se e prepararem-se melhor para a componente turística. Tem ainda uma vertente direcionada para os privados que pode ir até 150.000€ por promotor e pode ter majoração de 50% só possível se se apresentar rapidamente a candidatura e fizer o investimento até final de 2017 é que se consegue a majoração, o que é um pouco arriscado.-----

Este é um investimento interessante para entidades públicas mas para o privado um pouco arriscado, onde existem outras formas de apoios mais interessantes, isto se forem feitos num sistema de inovação e em grande escala. Nos pequenos investimentos, os promotores

MUNICÍPIO DE MARVÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2017.02.17

poderão por exemplo recorrer à Ader-al. Resumindo, o município pode olhar para este programa porque existem alguns edifícios que poderiam ser recuperados.-----
O Presidente da Câmara respondeu que a Câmara já está a trabalhar no sentido de procurar financiamento nomeadamente para o edifício da Fronteira. Informou que foi ainda contactado pela entidade Turismo do Alentejo com uma proposta no âmbito das ciclovias que abrangerá vários municípios. -----

Dada a palavra aos Senhores Vereadores:

Pediu a palavra o Vereador José Manuel Pires que no seguimento das propostas apresentadas na Assembleia Municipal pelo António Rocha, assumiu o compromisso de levar por diante duas delas.-----

Hoje mesmo em colaboração com a Junta de Freguesia e a Santa Casa da Misericórdia iniciaram este projeto que prevê a plantação de 600 árvores autóctones, distribuídas em partes iguais por cada freguesia. Nesse sentido pedia aos Srs. Presidentes de Junta que não deixassem passar a oportunidade de plantar estas árvores, uma vez que é agora a altura certa.-----

Quanto ao abate das árvores, limitou-se a cumprir as funções de vereador do ambiente.-----
Deu conhecimento de uma moção que propôs e que resultou de uma reunião dos vereadores do ambiente dos vários municípios do distrito, levada a efeito na CIMAA. Dessa reunião saiu um projeto de moção que vai ser aprovada numa reunião da CIMAA no próximo dia 21 de Fevereiro. Esta moção traduz a preocupação da proximidade com a central nuclear de Almararaz, com o prolongamento da sua vida útil após 2020 e com a possível construção de um armazém de resíduos radioativos que têm a durabilidade de 250.000 anos, tudo isto apenas a 100 km de Marvão.-----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Josefa Santano pediu a palavra e leu o seguinte texto, tendo solicitado que o mesmo fique registado em ata:-----

“Exma. Sr. Presidente da Assembleia Municipal: -----

Exmos. Srs. Membros da Assembleia Municipal: -----

Foi exatamente há um ano que nos vimos forçadas a dirigir-nos a este órgão supremo do Município, porque estávamos muito preocupadas com a nossa situação nos espaços que ocupamos no castelo de Marvão. -----

Infelizmente, passado todo este tempo nada melhorou, antes pelo contrário. -----

Quando viemos a esta Assembleia e expusemos aberta e francamente os nossos problemas, sentimos a disponibilidade, a sensibilidade e o apoio das pessoas boas, sérias, honestas e disponíveis que constituem a Assembleia Municipal (SEM EXCEÇÃO DE NINGUÉM). -----

Apresentámos as nossas razões e a nossa proposta para que até ao fim do presente mandato não se questionasse a nossa atividade, e fomos aclamadas nesta sala, facto que nos emocionou bastante e do qual ficaremos gratas para sempre. -----

Sendo a Assembleia Municipal o órgão máximo do nosso concelho, pensámos que este assunto estava sanado até ao fim do mandato tal e como foi nossa sugestão e a qual nunca foi posta em causa. -----

MUNICÍPIO DE MARVÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2017.02.17

Depois de uma reunião, com o Sr. Presidente da Câmara em que este se comprometeu a arranjar uma solução ainda ficámos mais optimistas. DEPOSITÁVAMOS A NOSSA RENDA E A SOLUÇÃO HAVIA DE APARECER. -----

Ingenuidade da nossa parte. O Sr. Presidente da Câmara já tinha decidido, ele sozinho, tornar este assunto numa questão pessoal e iniciar uma cruzada contra as estrangeiras do castelo, sem o mínimo respeito pelo lugar que ocupa e pela dignidade e isenção com que o deve exercer. -----

Só tem um objectivo, expulsar-nos dos nossos lugares e destruir aquilo que com tanto sacrifício, construímos ao longo destes anos. Das 5 estrangeiras que lá trabalhávamos há um ano só já restamos duas: a Leone e eu, outras duas saíram por medo a represálias e a outra infelizmente teve que ir para o desemprego vítima o mau trabalho que se está a fazer na bilheteira, onde mais do que procurar que as pessoas entrem se faz exactamente o contrário, para asfixiar as nossas actividades. Já somos o único vestígio que resta do extraordinário e honesto trabalho do Centro Cultural, a cujos dirigentes estaremos eternamente agradecidas. Em menos de um ano, o Sr. Presidente conseguiu aniquilar tudo. Tudo menos nós, que somos agora o seu grande último foco. -----

Acrescentar que, se as coisas não melhoraram, não foi porque nós não o tivéssemos tentado. Foi, única e exclusivamente porque o Sr. Presidente da Câmara não quis. Apresentámos soluções, propusemos limpar as casas de banho, assegurar a manutenção dos jardins, manter todos os espaços limpos, os caixotes do lixo e todo o espaço exterior.-----

O Sr. Presidente da Câmara não aceitou esta proposta e nós começámos a depositar religiosamente o mesmo valor de renda que pagávamos ao Centro Cultural de Marvão, numa conta da Caixa Geral de Depósitos em nome do Município de Marvão. É isso que fazemos todos os meses. Porque se há uma coisa que se manterá intacta neste tenebroso processo, será sempre que NÓS QUEREMOS PAGAR. E PAGAMOS. E CONTINUAREMOS A PAGAR. DAQUELES QUE TÊM CONTRATOS COM A CÂMARA E NÃO PAGARAM, NEM PAGAM, O SR. PRESIDENTE RESPONDERÁ NO SÍTIO CERTO, NA HORA CERTA. -----

Inexplicavelmente, há um mês atrás recebemos um ultimato assinado pelo Sr. Presidente da Câmara, para abandonar o espaço até fim de Janeiro. Isso para nós é completamente impossível, já que temos milhares de euros de materiais e mercadorias encomendadas para 2017 e que só conseguiremos vender durante o corrente ano. Nem sequer podemos mudar para outro local, porque não há condições para tal, nem temos espaço para isso. -----

É NESSE SENTIDO QUE AQUI ESTAMOS: SOLICITAMOS QUE OS MEMBROS DA ASSEMBLEIA SE PRONUNCIEM INEQUIVOCAMENTE SE ESTÃO DISPOSTOS A RESPALDAR ESTA TERRÍVEL PERSEGUIÇÃO A QUE ESTAMOS SUJEITAS, OU SE VÃO CONDENAR E IMPEDIR QUE ESTA TERRÍVEL PERSEGUIÇÃO CONTINUE.-----

Pensamos que as pessoas de bem, com poder de decisão, não podem ignorar o assunto. É esse compromisso que solicitamos. Aqui e hoje. -----

Marvão, 17 de Fevereiro de 2017. -----

Leone Hauzlaus - ARTLAB -----

Josefa Santano – Cá de Mavão, Ida.” -----

O Presidente da Câmara afirmou que esta situação não corresponde à realidade, houve uma reunião e o Sr. Advogado Palmeiro ficou de mandar uma proposta e nunca mandou nada.----
A questão das rendas que diz que depositou é uma situação que não está sinalizada pelo Município.-----

Houve lugar a uma reunião com o representante do Património de Estado, DGTF, havia um protocolo que não foi cumprido e sinalizarem isso a este responsável, Engº. Bernardo

MUNICÍPIO DE MARVÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2017.02.17

Alabaça, perguntamos-lhe se podíamos chegar a consensos e foi-nos respondido que não podia haver consensos. Sugere que se fale com o Eng^o Bernardo Alabaça. Entretanto foi entregue uma proposta para a nova situação que contestamos, por haver uma discórdia quanto à percentagem que a Direção do Património pretendia. Já se chegou novamente a um novo entendimento e está-se à espera que ele mande a nova versão do protocolo para aprovação.-----

Na altura foi-lhes proposto um contrato atípico para superar a situação dos pagamentos irregulares, e as senhoras não quiserem assinar, mas houve quem quisesse e isto foi exposto a este responsável, existem pessoas que querem cooperar e outras que não querem. Gostariam que houvesse consenso e o Eng^o Bernardo Alabaça diz que não podia haver consenso porque esta situação é do Estado. Trata-se de um organismo público e também os arrendatários do castelo podem reunir com ele se o desejarem. Tem de haver um concurso público e nunca se lembra de haver uma proposta para haver limpeza, ou fosse o que fosse, nunca recebeu nada por escrito. Se recebeu não se recorda de ter recebido.-----

A Presidente da Assembleia lembrou que toda a gente tem direito a intervir, mas de uma forma civilizada.-----

A Presidente da Assembleia, pediu que se aguardasse um pouco, já que os interessados ausentem-se da sala para irem buscar a documentação.-----

Neste hiato, a Presidente da Assembleia deu a palavra a João Bugalhão.-----

Este começou por felicitar a nova mesa da Assembleia e sublinhou que, ao contrário de outras opiniões, o anterior Presidente não deixa saudades nenhuma, por isso congratula-se com a eleição da nova mesa.-----

Relativamente ao abate das árvores, lamenta que depois de toda esta discussão, a Assembleia Municipal não tenha tomado qualquer posição, até porque teria muito mais força a aprovação de uma moção para ser apresentada junto dos organismos responsáveis.-----

Sobre o problema da Central Nuclear de Almaraz afirmou que este assunto não tem sido discutido convenientemente, pelas consequências que pode vir a ter e por em qualquer altura poder vir a ocorrer um acidente. Nesse sentido pergunta ao responsável pela proteção civil do Concelho se existe algum plano de contingência, alguma iniciativa e alguma explicação pública para, em caso de acidente, a população de Marvão saiba o que fazer para minimizar as consequências de tal situação.-----

O Presidente da Câmara respondeu que relativamente à questão da proteção civil, toda a gente tem ouvido nos noticiários aquilo que tem dito a proteção civil nacional para uma questão destas. Irão aguardar receber alguma coisa da proteção civil nacional que, não sabe se tem algum plano de contingência para uma situação destas. Na hipótese de acontecer um acidente, como já acontecerem outros noutros sítios, será uma calamidade, porque estamos muito perto da central.-----

Entretanto os arrendatários do castelo entregaram vários documentos prova da correspondência enviada à Câmara Municipal e também de alguns comprovativos de depósitos de rendas na CGD.-----

A Presidente da Assembleia leu aos presentes dois desses documentos, um datado de 24 de Fevereiro de 2016, relacionado com a responsabilização pela limpeza do castelo, outro, datado de 11 de Maio de 2016, onde entre outras coisas informa do pagamento das rendas dos meses de Abril e Maio.-----

António Garraio pediu a palavra começando por perguntar se a Assembleia Municipal vai respaldar a continuação desta mentira e deste “modus Operandi” do Sr. Presidente da

MUNICÍPIO DE MARVÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2017.02.17

Câmara. Pediu que a Assembleia Municipal, de uma vez por todas, tomasse uma posição sobre esta situação, porque está provado que tudo o que tem sido dito e provado nos papéis é uma mentira.-----

Sublinhou que esta situação não pode ficar assim e se continuar desta forma admite recorrer a todas as formas de justiça até ao fim.-----

Desejou os votos de um rápido restabelecimento do anterior Presidente da Assembleia, José Luis Catarino e saúda todos os membros da assembleia e os quatro vereadores presentes.--

Felicitou o Vereador José Manuel Pires pela isenção que teve no processo das árvores, frisando que foi graças ao Sr. Vereador que se conseguiu minorar o desastre e tem a certeza que se o processo tem sido conduzido por ele nenhuma árvore tinha sido abatida.----

Felicitou o Vereador Jaime Miranda pela proposta de classificação do “Túnel das árvores” como património de Interesse Municipal.-----

De seguida leu um documento, que pediu para constar em ata.-----

“Há momentos na vida em que as que formas são largamente ultrapassadas pelas emoções. Este, aqui agora pode ser para mim, um desses momentos. Peço desculpa se o for. -----

O que vou ler é uma carta e é uma carta escrita por um marvanense convicto, orgulhoso e defensor das suas origens até aos limites, mas que hoje, se sente profundamente bastante envergonhado de ser marvanense: -----

Minha querida amiga: -----

Conheço-te há mais de 20 anos, e devo confessar que, logo que te conheci, simpatizei de imediato com o teu olhar vivo e transparente, com o teu sorriso travesso e com o teu humor mordaz. -----

Quando cá chegaste, já tinhas viajado por meio mundo, mas foi aqui que decidiste ficar. Tinhas encontrado o teu lugar. Um clima que te agradava, pessoas boas e simples ao teu redor. Povo, o teu povo. -----

E nem o trágico desaparecimento do teu companheiro, que tão prematuramente nos deixou, te levou a abandonar Marvão. Por cá ficaste, durante MAIS duas décadas, a plasmar nos teus quadros a vida de Marvão, as gentes de Marvão, os monumentos de Marvão. Tu pintaste como ninguém, as nossas velhotas sentadas ao sol, com essa luz que só tu sabes pintar, as nossas lavadeiras, o alaranjado dos nossos sobreiros, imortalizaste as nossas Árvores Fechadas, que, desgraçadamente, outros incompetentes agora não souberam proteger.-----

Minha querida amiga Leone, estou envergonhado, sou um marvanense envergonhado, mas, quero em nome de Marvão e das Gentes boas de Marvão, pedir-te desculpa. Pedir-te desculpa por duas coisas: por aqueles que não sendo marvanenses não souberam respeitar os setenta anos que tens, os mesmos que não souberam respeitar nem reconhecer o valor inquestionável da tua obra e do teu legado artístico à nossa terra.-----

Sei que isso não te reconforta completamente, minha querida amiga, mas o certo é que em qualquer outro lugar, governado por alguém normal, tu serias mimada, protegida e patrocinada, porque tu és uma grande artista e qualquer sítio no mundo onde trabalhes ou exponhas os teus trabalhos, só tem a ganhar com isso. -----

Finalizo, pedindo-te encarecidamente que não te vás embora, que aguentes uns tempos. Mudam-se os tempos mudam-se as vontades. E eu ainda quero ver, novamente o teu pincel sorrir em cima da tela. Aqui, em Marvão. Na tua terra. -----

SOMOS LEONE HAUZLAUS!” -----

MUNICÍPIO DE MARVÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2017.02.17

O Presidente da Câmara referiu estar disponível para abrir o caminho para se falar com o responsável da Direção Geral do Tesouro e Finanças para que o Sr. Diretor se pronuncie. Sublinhou que teve uma reunião com ele e apelou ao consenso, para se encontrar uma solução, no entanto ele é que se deve pronunciar, pois o monumento é propriedade da Direção Geral do Tesouro e Finanças.-----

Acrescentou que acha bem que os arrendatários vão para tribunal, porque a forma como está a situação é que não está bem, as regras tem de ser cumpridas, uma vez que podem existir outros interessados que gostariam de se instalar no castelo. Em futuro concurso a experiência será tida em consideração. O castelo é do Estado, o Município tem de fazer a sua gestão de acordo com o protocolo e este encontra-se ultrapassado.-----

O Presidente referiu que relativamente aos emails, provavelmente não lhe deu a devida atenção, foram-lhe dirigidos a ele mas também a mais pessoas, pois o processo não está feito de forma isolada, mas ao longo deste processo nenhuma das pessoas se recorda desta situação, como ele também não se recorda.-----

Não admite que lhe chamem mentiroso porque relativamente a esta situação, se quiserem resolver a situação de acordo com as regras resolve-se, porque de resto houve uma reunião, propôs-se um contrato atípico para ultrapassar a situação, não houve consenso na altura e isso foi explicado ao Sr. Diretor Geral do Tesouro e Finanças. Propõe que estejam disponíveis para uma reunião que ele próprio pode pedir se tiverem de acordo.-----

Josefa Santano apela que, uma vez que a Câmara vai abrir concurso, os autorizem a permanecer naquele espaço até ao resultado do concurso, porque eles querem ir à luta e não tem alternativa para guardar todo o material e por outro lado não podem encerrar o seu negócio pois tem de cumprir com as obrigações e pagar aos fornecedores. -----

A Presidente da Assembleia informou que vai tomar nota de toda a situação e juntamente com a Câmara Municipal vão tentar encontrar uma solução dentro da legalidade.-----

António Garraio pede que lhe sejam facultadas seis cópias da ata, pois quer mandar cópias para o Presidente da República, Provedor de Justiça, para as Associações anti xenofobia e embaixadas das cidadãs estrangeiras.-----

Sublinhou que as coisas não funcionam igual para todos e deu três exemplos, a Quinta Pedagógica que foi cedida gratuitamente por dois anos, o Moinho da Cova, onde os promotores só pagam 1/6 da eletricidade e o quiosque da rotunda da Portagem, onde as pessoas não pagaram nada durante o tempo que lá tiveram. Adiantou que se está a falar de Portugueses, e para isso não é preciso abrir concurso, o tratamento não é igualitário, numa palavra isto é xenofobia. Vai comunicar às autoridades, às embaixadas destas cidadãs e associações anti xenofobia pois as cidadãs estrangeiras estão cá em Portugal e tem de ter o mesmo tratamento.-----

Tiago Pereira pede desculpa à Mesa e ao Presidente da Câmara pela forma como se exaltou.-----

Referiu que vai chamar mentiroso ao Presidente da Câmara de forma delicada e carinhosa.- Na última Assembleia Municipal ordinária, para além da questão da garantia que o depósito do Vale de Rodão estaria pronto até ao final do mês de Janeiro, o Presidente disse que no ano de 2015 recebeu muitas queixas por escrito, sobre a qualidade das castanhas da Feira da Castanha.-----

Mais tarde pediu e a Presidente da Assembleia remeteu uma informação do Presidente da Câmara que dizia o seguinte: “retifica-se, foram feitas algumas queixas verbais”, quando tinha garantido que tinham sido feitas queixas por escrito nos postos de venda das senhas. Depois mais à frente nessa mesma Assembleia Municipal, Tiago Pereira, questionou o

MUNICÍPIO DE MARVÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2017.02.17

Presidente da Câmara sobre os contributos que o Município deu para o Plano Nacional de Coesão. O Presidente disse que nessa altura tinha enviado esses contributos. Pediu também à Presidente da Assembleia essa informação e o Presidente da Câmara respondeu que “os contributos do Município foram comunicados verbalmente ao colaborador da CIMAA, Prof. Fernando Biscainho”. Acrescentou que é assim que são tratados os assuntos na Câmara Municipal, por isso diz que o Presidente mentiu, três vezes na última Assembleia Municipal e uma vez nesta Assembleia existindo cópia dessas gravações.-----

Referiu também que o Partido Socialista está integralmente solidário com aquilo que aqui foi trazido e estará sempre na defesa dos interesses das pessoas que foram lesadas no Castelo até ao último momento. Vamos todos juntos encontrar uma solução equilibrada para o castelo. Adiantou que viu o estado de abandono em que se encontra o Castelo e a degradação dos jardins. A gestão do castelo neste momento não existe por parte da Câmara Municipal.-----

Pediu a palavra Jorge Rosado que afirmou que durante os três anos que o castelo teve concessionado ao Centro Cultural, houve sempre uma relação extraordinária com os concessionários dos espaços. Na altura da gestão do castelo pelo Centro Cultural, o número de visitantes cresceu sempre e o ano passado perdeu 7000 visitantes. As pessoas do castelo foram uma mais-valia para o monumento, pagaram sempre a tempo as suas rendas, Acrescentou que o mesmo não aconteceu com a Quinta Pedagógica e o Moinho da Cova, onde não houve concursos. Pergunta ao Presidente da Câmara, se a parte da receita da bilheteira é para devolver ao Ministério e desejava saber se isso já foi feito. A verdade é que hoje as casas de banho não estão limpas, os espaços verdes estão ao abandono e existe uma clara deficiência de recessão aos visitantes.-----

O Presidente da Câmara respondeu que parte deste mau estar resulta da proposta que o centro Cultural não cumpriu, porque era referido na sua proposta que aquele espaço era destinado a um Centro de Interpretação. Foi referido ao Centro Cultural que não estavam a cumprir, porque se o Centro cultural tivesse rigor nas suas propostas isto não teria acontecido. Também receberam seis meses antes um ofício da Câmara Municipal para se desvincularem de todos os compromissos para que esta senhora não fizesse investimentos sem necessidade e isto é o que está escrito em concreto na proposta do Centro Cultural, que mais uma vez, sublinhou, não teve rigor nas suas propostas.-----

Relativamente ao Património do Estado não sabe onde é que foi buscar a questão das entradas, nada é referido quanto a esta questão das entradas. Relativamente à gestão do castelo nomeadamente no que diz respeito à manutenção dos espaços ajardinados, havia um projeto que não foi respeitado e foram feitas novas plantações que não deviam ter sido feitas.-----

Neste momento está-se a recuperar grande parte daquilo que lá estava.-----

A Assembleia Municipal sugeriu que a Câmara Municipal fizesse a gestão do castelo e isto foi respeitado, embora não fosse obrigado a fazê-lo. Consultou a Lei, viu que não podia ir por esse caminho, no entanto é uma solução que não é definitiva, está-se a pedir pareceres para o efeito junto da Direção Geral do tesouro e Finanças.-----

Relativamente aos arrendatários, enviou-se um ofício a dar um prazo, no entanto tendo em atenção os investimentos feitos sugeriu colocar-se a questão ao Sr. Diretor do Património do Estado.-----

Sobre as entradas, sugere que a questão seja averiguada, o Centro Cultural não tem números credíveis e não houve diminuição de visitantes. Pediram ao Centro Cultural que

MUNICÍPIO DE MARVÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2017.02.17

permitisse ver as contas para aferiram aquilo que foram as entradas no tempo do Centro e as atuais da Câmara, para apuramento do número de entradas e isso não foi permitido.-----
Sobre os funcionários que lá estão é uma falta de respeito para com eles, se não sabem falar línguas, enquanto o Centro Cultural lá estava também tinham gente que não falava línguas.-----

António Garraio pediu a palavra para dizer que o problema não são os funcionários que lá trabalham, o problema é do sistema de bilheteira que funciona mal e os responsáveis são quem os manda fazer aquele tipo de trabalho. A cobrança de bilhetes de forma como está implementada, não permite que os funcionários olhem diretamente os turistas, levantem a cabeça, ou abrem a porta, isto é, sublinhou, um convite para as pessoas não entrarem.-----

A prova que está ser perseguido é o fato da Câmara Municipal manter dois funcionários a tempo inteiro, de domingo a domingo, dentro da recessão e que custam milhares de euros à Câmara para cobrarem 7 ou 8 entradas. O presidente não pode gastar 2000 euros em salários para recuperar 6 ou 7 entradas por dia e assim pede-lhe que mostre as receitas de janeiro e fevereiro para ver a receita que se está fazer.-----

Tomou a palavra Nuno Pires que felicitou a nova mesa da Assembleia. Afirmou ainda que é uma tristeza o que se está aqui a passar e a discutir. Quando se fala em sinergias, apoiar associações, estar lado a lado com o povo num concelho com 3000 habitantes isto é a prova em contrário e só acontece porque existe má vontade em relação ao Centro Cultural. As pessoas tem de saber conversar, independentemente das associações e das causas.-----

A verdade, sublinhou, é que se deixou de ter uma gestão de um castelo que durante três anos tinha vida, pessoas a entrar e situações que não aconteciam como acontecem agora.--

Pergunta se é isto que se quer para Marvão e a imagem que queremos dar para o exterior.--

O Vereador José Manuel Pires, relativamente às divergências com os arrendatários do castelo, afirmou que se a Presidente da Assembleia Municipal, bem como o Presidente da Câmara Municipal reconhecerem nele capacidades de mediação, negociação e gestão, está disponível para fazer a mediação entre a Câmara Municipal, as pessoas do castelo e o Ministério das Finanças, de modo a chegarem a um acordo. Vive-se um ambiente de críspação que não é saudável e ele já deu provas que consegue estabelecer pontes de diálogo entre as pessoas.-----

Júlia Pires deixou também o seu voto pessoal de que tentará da melhor forma e com todo o empenho encontrar uma solução para esta situação.-----

O Presidente da Câmara sobre esta proposta do Vereador José Manuel Pires afirmou que não tomará decisão alguma, sem falar primeiro com o Sr. Diretor do Património do Estado.---

Por último rejeita a insinuação de xenofobia, que não tem nada a ver com esta situação.-----

APROVAÇÃO EM MINUTA

Por unanimidade, foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e tida por conforme por todos, vai ser assinada. -----

E nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia encerrou a presente reunião. ----

Eram 20 horas e trinta minutos.-----

MUNICÍPIO DE MARVÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2017.02.17

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,

A PRIMEIRA SECRETÁRIA,

O SEGUNDO SECRETÁRIO,
